

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 35, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2011.
(Revogado pelo Provimento n. 06, de 26 de abril de 2016)

~~Dispõe sobre as requisições formulados pelos Magistrados, objetivando a coleta de informações e/ou realização de procedimentos junto a órgãos públicos e revoga o Provimento de nº 16/1999.~~

~~O CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais,~~

~~CONSIDERANDO o preceituado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88, em que se determina que a todos é assegurada a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação no âmbito judicial e administrativo, bem como as diretrizes decorrentes do princípio da eficiência albergado no art. 37 da CF/88;~~

~~CONSIDERANDO o disposto nas Leis nº 11.280/2006 e nº 11.419/2006, que versam, em suma, sobre a comunicação oficial de atos processuais por meios eletrônicos;~~

~~CONSIDERANDO as recomendações do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no que concerne à efetiva utilização de sistemas eletrônicos, objetivando o intercâmbio de informações para o alcance da celeridade da prestação jurisdicional e para o efetivo cumprimento das decisões judiciais; e~~

~~CONSIDERANDO as metas e objetivos traçados para o biênio 2011/2012, constantes no Plano de Gestão Estratégico desta Corregedoria Geral da Justiça - CGJ.~~

RESOLVE:

~~Art. 1º A requisição judicial objetivando a coleta de informações e/ou realização de procedimentos junto a outros órgãos públicos de âmbito federal, estadual ou municipal será realizada por intermédio de expediente remetido diretamente ao órgão requisitado.~~

~~§1º Para efeitos de cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, tanto o Magistrado quanto o Servidor do Poder Judiciário utilizarão os meios e sistemas eletrônicos porventura disponibilizados.~~

~~§2º No caso de procedimento para intercâmbio eletrônico de informações já regulamentado por Provimento desta Corregedoria, a utilização desse mecanismo será exclusiva e obrigatória, nos moldes do respectivo instrumento normativo.~~

~~Art. 2º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Provimento de nº 16/1999.~~

~~Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.~~

~~Maceió, 8 de novembro de 2011.~~

Desembargador **JAMES MAGALHÃES DE MEDEIROS**

